



Prefeitura Municipal de São Carlos

Procuradoria Geral do Município

INT.:

Processo nº 18.100-2020

À
SMOP.

Instada a PGM a se manifestar o faz nos seguintes termos.

De saída, averigua-se que houve a manifestação da Defesa Civil o qual recomenda a demolição dos imóveis, vide fls. 05/25 e da SMOP às fls. 26.

Neste sentido, não há que se falar em não proceder da forma exposta pela Defesa Civil na medida em que há risco aos ocupantes e a população de forma geral, e, ainda, autorização legal para que assim se proceda, vide artigo 55, II, da Lei Municipal nº 15.958/11, conforme também exposto em relatório da SMH DU, vide fls. 27/39.

Desta feita, caso os proprietário ainda não tiverem sido notificados, a Municipalidade de São Carlos deverá notificá-los para adoção de medidas corretivas aos danos causados, sob pena de serem realizados os reparos pela Municipalidade e posterior cobrança de seus proprietários.

Caso haja a necessidade de realização por parte da Municipalidade deverá ser aberto processo administrativo próprio com as cotações e documentações de praxe para o que se pretende.

Coadunado o entendimento acima, conforme inteligência do artigo 37º da CF/88, disciplina os princípios da Administração Pública Direta e Indireta, transcrito abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Diante do transcrito dispositivo constitucional grande parte da doutrina brasileira atribui um sentido formal ao princípio da legalidade. Sob este prisma, a Administração Pública não poderia exigir dos administrados determinados comportamentos que não estejam expostos em lei em sentido estrito.

Celso Antônio Bandeira de Mello¹ integra esta parcela doutrinária, entendendo que "a expressão "legalidade" deve, pois, ser entendida como "conformidade à lei e, sucessivamente, às subsequentes normas que, com base nela, a Administração expeça para regular mais estritamente sua própria discricção", adquirindo então um sentido mais extenso".

Ainda, segundo essa visão de Celso Antônio Bandeira de Mello, a Administração estaria vinculada positivamente não somente à lei em sentido estrito, mas também a eventuais normas que possam existir decorrentes da lei, produzidas pela própria Administração para regular seus comportamentos ulteriores.

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo, 20ª edição, São Paulo, Editora Malheiros, 2006.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Procuradoria Geral do Município

INT.:

Processo nº 18.100-2020


Neste diapasão, o ilustre mestre José Afonso da Silva² escreve em sua obra "Curso de Direito Constitucional Positivo" que:

[...] a palavra lei, para a realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na Constituição (arts. 59 a 69). Há, porém, casos em que a referência à lei na Constituição, quer para satisfazer tão-só as exigências do princípio da legalidade, quer para atender hipóteses de reserva (infra), não exclui a possibilidade de que a matéria seja regulada por um "ato equiparado", e ato equiparado à lei formal, no sistema constitucional brasileiro atual, serão apenas a lei delegada (art. 68) e as medidas provisórias, convertidas em lei (art. 62), as quais, contudo, só podem substituir a lei formal em relação àquelas matérias estritamente indicadas nos dispositivos referidos".

Enuncia-se com este princípio que a Administração Pública, ao atuar terá de obedecer à lei, assim sendo, no caso de sua ausência, nenhum ato praticado será considerado válido, na medida em que houve violação ao princípio da legalidade, disposto no artigo 37, da CF/88.

Ante o exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais, opina-se pelo deferimento da possibilidade de demolição dos imóveis, conforme laudos existentes nos autos, no caso de os proprietários já terem sido notificados para efetuar as devidas correções nestes imóveis, nos exatos termos da fundamentação acima.

São Carlos/SP, 11 de janeiro de 2021.



ALEXANDRE CARREIRA MARTINS GONÇALVES
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/SP 239.826

² SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 32ª edição, São Paulo, Editora Malheiros, 2009.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Departamento de Proteção e Defesa Civil



São Carlos - SP

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



São Carlos - SP

RELATÓRIO DE VISTORIA SITUAÇÃO DE RISCO

Assunto: Verificar a situação de Risco da edificação-
Residenciais - Muro de arrimo

COBRADE: Colapso de edificações 2.4.1.0.0

Processo: 13014/ 2016

Responsáveis:

Pedro Fernando Caballero Campos . Matrícula 21937
Diretor de Departamento Proteção e Defesa Civil

Data: 9 de Dezembro de 2019 (Quarta- Feira)

Horário do atendimento: 10:00 AM

Logradouro: Avenida Maranhão, 16, 18, 20, 22 e 24, Bairro Jardim

Gonzaga, São Carlos.

Coordenadas: SO 22° 02' 39,56"
W 47° 53' 35,73"

Altitude: 833 m.

Solicitante: Secretaria de Obras

2020

Páginas ____ / ____

Prever para Proteger

Pedro Fernando Caballero Campos
Diretor do Depto de Defesa Civil
SMSPDS

Factor de la Empresa



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Departamento de Proteção e Defesa Civil



São Carlos - SP

Outros fatores contribuem para aparecimento das patologias das edificações, dentre eles, o solo do tipo arenoso, as águas de chuvas devido a falta de proteção do talude e falta de drenagem do muro de arrimo, a existência de afloramentos de água (nascente) no subsolo, exatamente embaixo das casas, desconhecendo-se o sistema de drenagem das mesmas nascentes, além da irregularidade de construir em cima destas, assim como por esforços excessivos causados pelas ampliações dessas edificações e/ou falha de projeto estrutural dos mesmos.

O Muro de Arrimo construído pela prefeitura deveria garantir a integridade estrutural das edificações acima e também do espaço utilizado para atividades com as crianças e adolescentes da "Estação Comunitária Jardim Gonzaga". Não podendo por isso apresentar as patologias verificadas nessa vistoria.

Com as chuvas de novembro com alta intensidade e continuidade que são eventos naturais meteorológicos, composto de tempestade convectiva com chuvas intensas, com índice de 138,00 milímetros de precipitação em aproximadamente 40 minutos de duração, no dia 26 de novembro passado, somando-se as chuvas de dezembro, no dia 07 de dezembro passado, ocorreu o colapso parcial do muro de contenção, deixando exposto uma parte do alicerce da edificação N°20 e do talude da edificação N° 22, apresentando-se uma **situação de ALTO POTENCIAL DE RISCO DE DESABAMENTO E DESLIZAMENTO de estas edificações.**

RECOMENDA-SE:

- **DEMOLIÇÃO IMEDIATA DAS EDIFICAÇÕES 18, 20 E 22.**
- **MONITORAMENTO de movimentação da estrutura das edificações 16 e 24.**
- **DESOCUPAÇÃO IMEDIATA das edificações N° 24 e N° 16**
- **Reforço ou reconstrução do muro de arrimo.**
- **Reconstrução de talude de proteção.**
- **Isolamento físico total da área de Potencial de risco**

Pedro F. Caballero
Pedro Fernando Caballero Campos
Diretor de Proteção e Defesa Civil

21

MAPA

LOCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES



Mapa 01- Local das Edificações residenciais com Alto Potencial de Risco de Colapso.



Mapa 02- Localização do muro de arrimo de proteção das edificações residenciais e o CEMEAR.

EDIFICAÇÕES A SEREM DEMOLIDAS – CONDENADAS

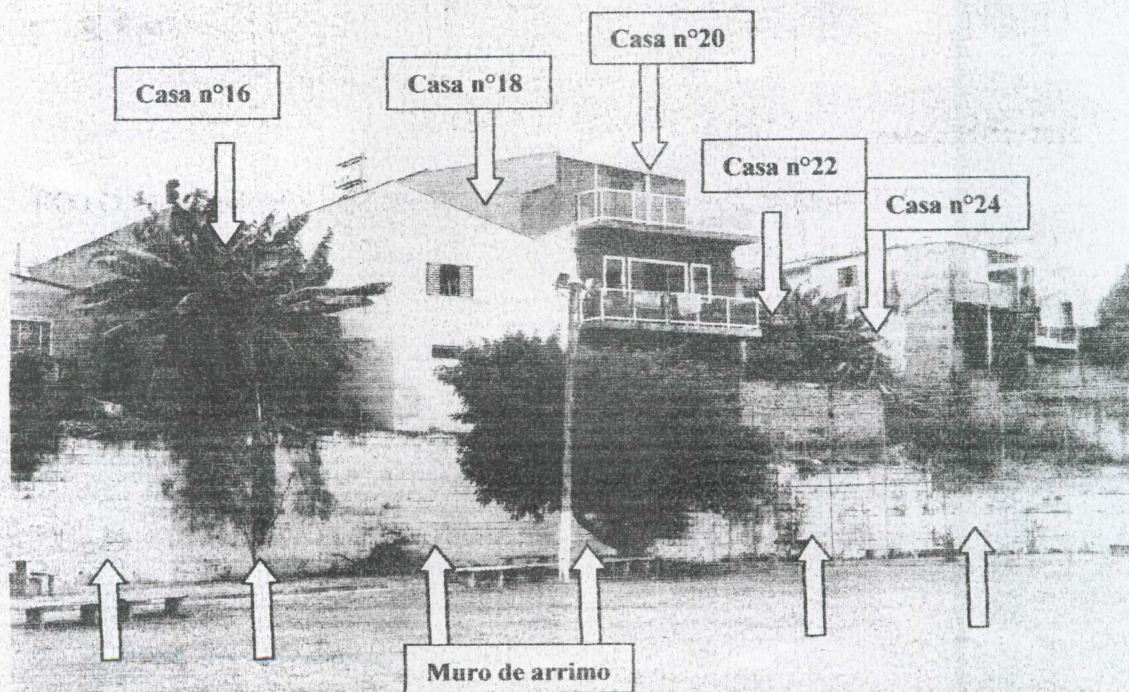
- 1- Av. Maranhão, 22 – Proprietário: Raquel Kraus
- 2- Av. Maranhão, 20 – Proprietário: Maira Nunes Fernandes.
- 3- Av. Maranhão, 18 – Proprietário: Maria Aparecida de Souza.

EDIFICAÇÕES A SEREM DESOCUPADAS- EM RISCO

- 4- Av. Maranhão, 24 – Proprietário: Calvin Willian da Silva Rufilo.
- 5- Av. Maranhão, 16 – Proprietário: Elen Maltas Amorim de Jesus.

Pedro Fernando Caballero Campos
Diretor de Proteção e Defesa Civil

FOTOGRAFIAS



COMDEC-19/12/2019

FOTO 01- Fundo das edificações; Muro de arrimo no local do CEMEAR.

Pedro Fernando Caballero Campos
Diretor do Departamento de Defesa Civil
SMOPUS

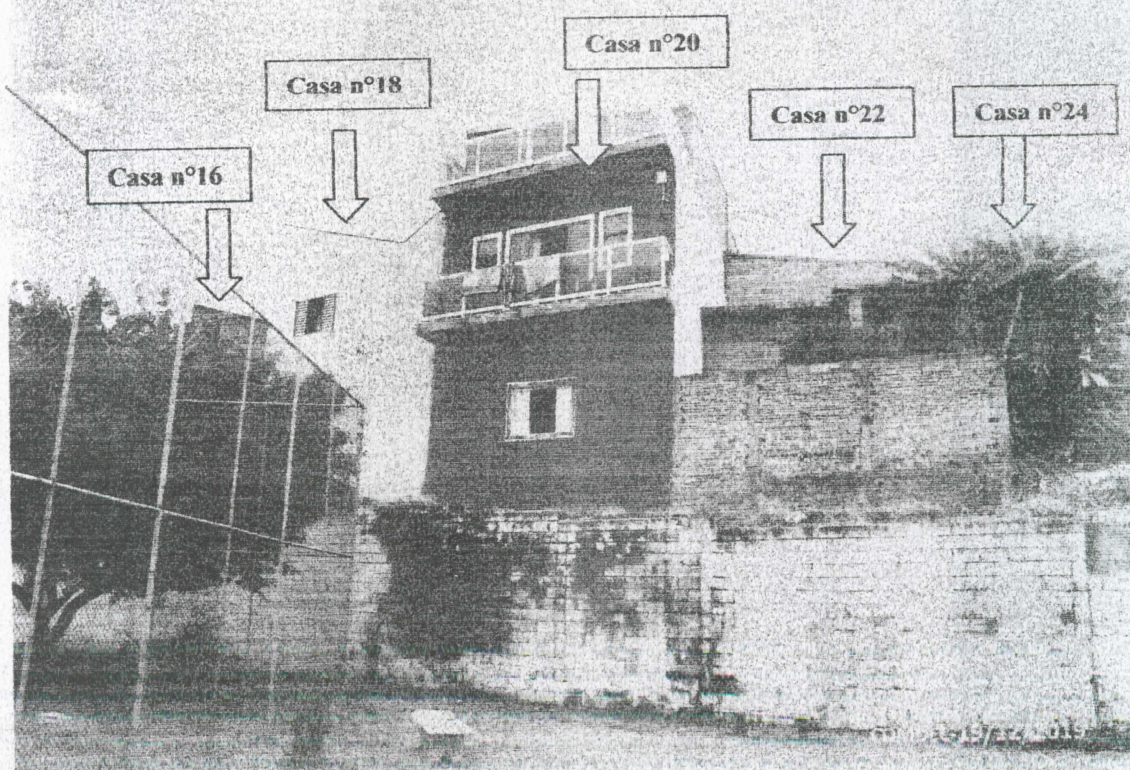


FOTO 02- Edificações que (Residências de número 18, 20 e 22 respectivamente) e apresentam **ALTO POTENCIAL DE COLAPSO** estrutural.

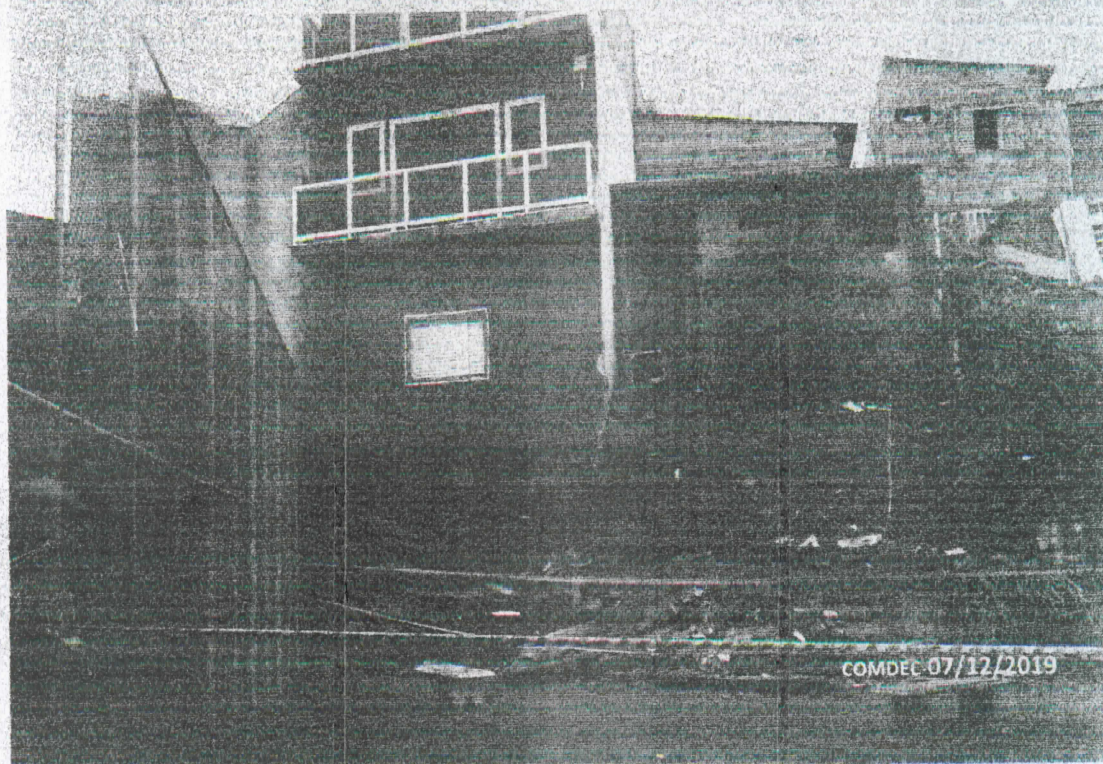


FOTO 03- Área de talude e muro de arrimo colapsado em 07 de dezembro de 2020.

Pedro F. ...
Diretor de ...
Assessoria de ...

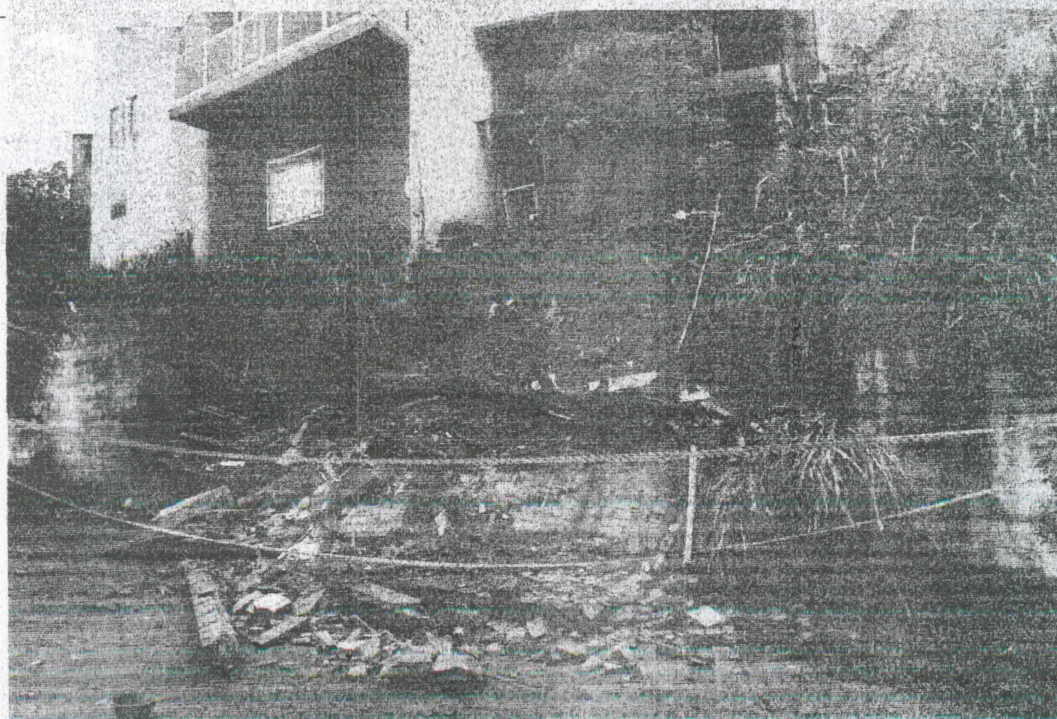


FOTO 04- Área de talude e muro de arrimo colapsado em 07 de dezembro de 2020.



FOTO 05- Área de talude e muro de arrimo colapsado em 07 de dezembro de 2020.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Departamento de Proteção e Defesa Civil



250

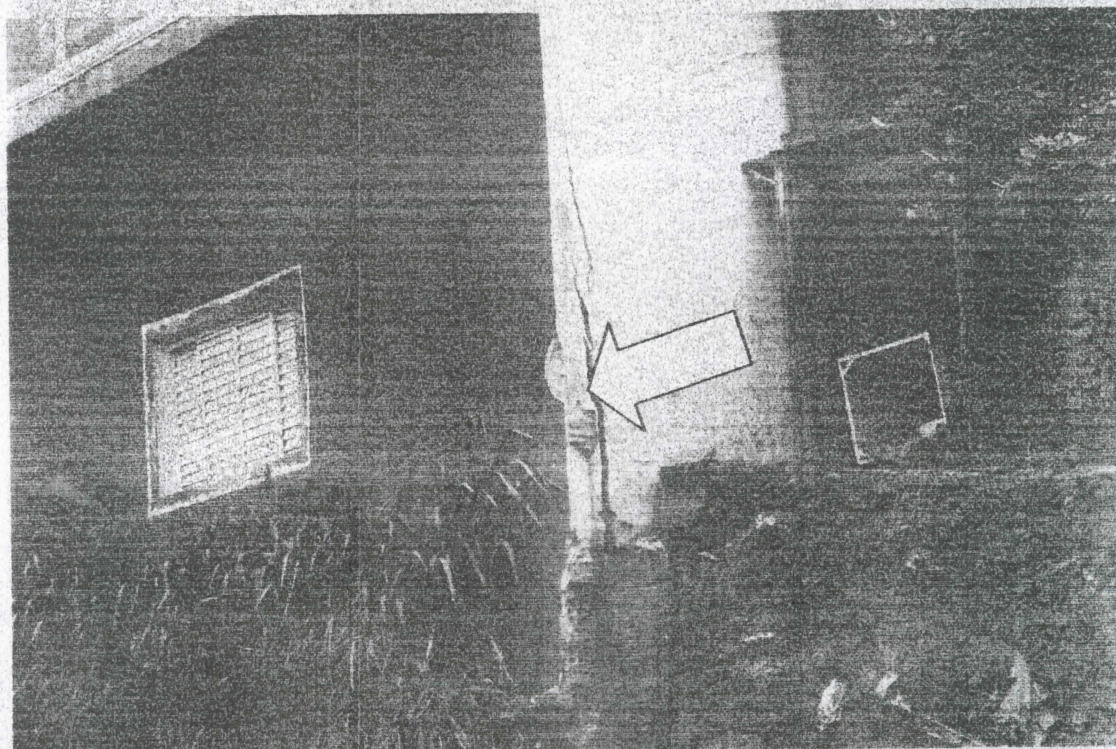


FOTO 06- Edificação N°20 com fissuras e deslocamento estrutural.



FOTO 07- Casa N°18 apresenta fissuras de deslocamento estrutural.